

MÉTODO

40 PONTOS 2.0

PDF de Questões

Sujeitos do Processo

cerSOAB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sujeitos do Processo – Gabarito Comentado

| | | | | |
|-------|-------|-------|-------|--------|
| 1 - A | 2 - D | 3 - B | 4 - B | 5 - B |
| 6 - B | 7 - B | 8 - B | 9 - D | 10 - D |

Questão 1

A) Certo. Segundo o Código de Processo Civil (CPC), especificamente no artigo 98, § 3º, os benefícios da gratuidade de justiça podem ser revogados se a situação financeira do beneficiário melhorar, o que permite a cobrança de despesas processuais e honorários suspensos. O prazo mencionado não é específico no CPC para esta revogação, mas o prazo para cobrança de dívidas pessoais, incluindo honorários advocatícios, é de até 5 anos conforme o artigo 206, § 5º do Código Civil.

B) Errada. A legislação permite a revisão da condição de gratuidade de justiça se a situação financeira do beneficiário mudar. A gratuidade não é um status imutável e pode ser revista se houver provas de melhora na situação econômica do beneficiário.

C) Errada. Esta alternativa é incorreta. Mesmo após o trânsito em julgado, os honorários de sucumbência podem ser cobrados se houver uma mudança na condição financeira que justificava a suspensão da sua exigibilidade, como previsto no artigo 98, § 3º do CPC.

D) Errada. Esta alternativa é incorreta devido ao prazo mencionado. O CPC não estipula um prazo específico de 1 ano para a revisão da gratuidade de justiça nesse contexto. A limitação relevante seria o prazo prescricional de 5 anos para a cobrança de dívidas pessoais, como os honorários advocatícios, conforme mencionado anteriormente.

Gabarito: A

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 2

A) Errada. Esta alternativa está incorreta porque, em ações civis públicas movidas por associações para a defesa de interesses coletivos, não há condenação em honorários advocatícios, salvo em caso de má-fé, o que não foi mencionado no enunciado da questão.

B) Errada. Esta alternativa parece próxima do correto, mas é incompleta e potencialmente enganosa, pois não aborda as especificidades das ações civis

públicas onde, de fato, a Lei da Ação Civil Pública prevê isenção de honorários a não ser que haja má-fé.

C) Errada. Esta alternativa é incorreta porque não considera a legislação específica aplicável a ações civis públicas movidas por associações, que prevê isenção de honorários exceto em caso de má-fé.

D) Certa. Esta é a alternativa correta, refletindo adequadamente a legislação aplicável. A Lei da Ação Civil Pública estabelece essa isenção e a penalidade adicional em caso de má-fé, embora a parte sobre o décuplo das custas seja mais específica e não universalmente aplicada dependendo da interpretação judicial.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 3

A) Errada. O Código de Processo Civil (CPC) não especifica que apenas o autor deve adiantar os custos da perícia quando ambas as partes a requererem. A prática e a equidade geralmente demandam que os custos sejam divididos entre as partes quando ambas têm interesse na perícia.

B) Certa. O CPC, em seu artigo 95, parágrafo único, inciso I, estipula que os honorários do perito serão adiantados pela parte que requerer a perícia. No entanto, quando ambas as partes têm interesse na produção dessa prova, a prática comum e equitativa é que os custos sejam divididos.

C) Errada. Os honorários periciais devem ser adiantados pelas partes que requerem a perícia, antes de sua realização, e não apenas ao final do processo. Isso é necessário para garantir que o perito seja compensado por seu trabalho, independente do resultado do processo.

D) Errada. Embora o juiz tenha certa discricionariedade na condução do processo, a decisão de atribuir o pagamento dos honorários periciais deve seguir princípios de equidade e as regras processuais, que sugerem a divisão dos custos quando ambos têm interesse na perícia.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 4

A) Errada. A Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95) prevê que não há pagamento de custas e honorários de sucumbência em nenhum dos graus de

jurisdição, a menos que haja litigância de má-fé, o que não foi mencionado no enunciado.

B) Certa. A Lei dos Juizados Especiais estabelece que, em caso de recurso, se o recorrente for vencido, ele pode ser condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Este é um princípio de desincentivo a recursos meramente protelatórios ou sem fundamento substancial.

C) Errada. Embora a litigância de má-fé seja uma condição para a imposição de custas e honorários, a questão central aqui é a derrota do recorrente, que é uma condição suficiente por si só para a condenação em custas e honorários.

D) Errada. Embora haja isenção de custas no primeiro grau, no segundo grau pode haver condenação em custas e honorários se o recorrente for vencido, o que reflete uma exceção à regra geral de gratuidade.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 5

A) Errada. Esta alternativa é incorreta porque a nomeação à autoria, prevista nos artigos 338 a 341 do Código de Processo Civil (CPC), aplica-se quando a parte ré reconhece não ser proprietária do bem litigioso, mas sabe quem o é. No caso apresentado, não há informação de que Gilberto conheça o verdadeiro proprietário ou que esteja agindo em nome dele, apenas que ele parecia ser o proprietário, o que não justifica automaticamente a nomeação à autoria.

B) Certa. Esta é a alternativa correta. No processo civil, a alegação de ilegitimidade ad causam é uma defesa processual onde o réu argumenta que não é a parte correta para figurar no processo. Gilberto, sendo apenas o caseiro e não o proprietário, pode alegar que não é parte legítima e indicar o verdadeiro proprietário, se conhecido.

C) Errada. O CPC estabelece que, salvo casos excepcionais, o juiz não pode alterar o polo passivo da ação de ofício, ou seja, sem que haja um pedido nesse sentido por parte de um dos litigantes. O réu tem o direito de alegar sua própria ilegitimidade e indicar o verdadeiro titular do interesse em questão.

D) Errada. O chamamento ao processo é usado principalmente em ações de cobrança para chamar co-devedores ou fiadores ao processo. Não é aplicável neste contexto de uma ação reivindicatória, onde o debate central é sobre a propriedade de um bem imóvel.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 6

A) Errada. Embora o Ministério Público tenha um papel relevante em muitos processos, sua intervenção não é automaticamente obrigatória em todos os casos envolvendo testamentos. A intervenção depende da presença de interesses públicos ou sociais específicos que justifiquem sua participação.

B) Certa. O Código de Processo Civil (CPC) de 2015, no Artigo 178, estabelece que o Ministério Público deve intervir nos casos em que há interesses de incapazes, ao patrimônio público ou social, entre outros. No entanto, a necessidade de sua intervenção em casos de testamentos dependerá da existência de tais interesses, não sendo automaticamente obrigatória.

C) Errada. Esta alternativa é parcialmente correta, mas incompleta e enganosa no contexto da questão. Ela limita excessivamente os casos de intervenção do Ministério Público, omitindo que sua participação pode ser necessária em outros contextos, como quando há significativo interesse público ou social, inclusive em alguns casos de testamentos.

D) Errada. A alegação de nulidade devido à ausência do Ministério Público requer a demonstração de prejuízo e que a intervenção era essencial devido à natureza dos interesses em jogo, o que não é automaticamente o caso em todas as disputas sobre testamentos.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 7

A) Errada. O Código de Processo Civil (CPC/15) permite que a caução seja reforçada se se revelar insuficiente em algum momento do processo. Isso pode ocorrer em diversas situações, como uma mudança no valor estimado das custas ou dos honorários.

B) Certa. Segundo o Artigo 835 do CPC/15, um autor estrangeiro deve prestar caução para garantir o pagamento das custas e honorários de advogado da parte adversa, a menos que haja isenção prevista em acordo internacional ou uma das exceções legais.

C) Errada. Não existe exigência legal para que a parte reconvincente (que já é parte no processo como réu) preste caução para apresentar um pedido reconvenicional. A reconvenção é tratada como uma extensão do litígio original, não implicando novas obrigações de caução.

D) Errada. Não é necessária a homologação de contratos estrangeiros pelo STJ para que tenham eficácia no Brasil. A homologação pelo STJ aplica-se principalmente a decisões judiciais estrangeiras, não a contratos privados.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 8

A) Errada. Esta alternativa é incorreta porque o juiz não deve incluir partes de ofício no processo. É necessário dar à parte autora a oportunidade de emendar a inicial para corrigir omissões, como a falta de inclusão de litisconsortes necessários.

B) Certa. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC/15), em seu artigo 114, o juiz pode determinar que a parte autora emende a inicial para incluir todos os litisconsortes necessários, o que é adequado quando o resultado do processo pode afetar diretamente a situação jurídica de terceiros, como é o caso da empresa vencedora de uma licitação.

C) Errada. Esta alternativa é incorreta porque confunde litisconsórcio necessário com facultativo. Além disso, o juiz não deve incluir partes de ofício.

D) Errada. Ela subestima o papel ativo do juiz na configuração adequada do litígio, especialmente em relação à necessidade de inclusão de todos os litisconsortes necessários para a resolução eficaz e justa do conflito.

Gabarito: B

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 9

A) Errada. Os embargos de declaração foram protocolados sete dias úteis após a intimação pessoal do Ministério Público. Conforme o Código de Processo Civil (CPC),

o prazo para interposição de embargos de declaração é de cinco dias. No entanto, quando o prazo é contado em dias úteis, como previsto pelo Novo CPC, e dependendo do contexto de notificação e prazos específicos para o Ministério Público, que pode ter prazos diferenciados conforme o entendimento jurídico, pode-se considerar que os embargos foram apresentados dentro do prazo.

B) Errada. O Ministério Público tem legitimidade para recorrer, especialmente em casos que envolvem interesses de incapazes, como é o caso de um menor absolutamente incapaz.

C) Errada. Existe um interesse recursal claro, pois a sentença omitiu completamente a apreciação da tutela provisória requerida, que é um ponto essencial para a proteção dos direitos do menor, especialmente em uma situação que envolve a saúde do mesmo.

D) Certa. Os embargos de declaração são o meio processual adequado para solicitar que o juiz corrija a omissão na sentença em relação à análise do pedido de tutela provisória. O Ministério Público agiu corretamente ao destacar essa omissão e buscar a proteção dos direitos do menor.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca

Questão 10

A) Errada. Conciliadores e mediadores são efetivamente considerados auxiliares da justiça. Eles desempenham um papel crucial em resolver disputas de forma amigável e são reconhecidos no Código de Processo Civil como parte importante do sistema judiciário, apesar de não serem mencionados especificamente na Constituição.

B) Errada. O Ministério Público tem o papel expresso de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme previsto na Constituição Federal.

C) Errada. A Advocacia Pública possui sim a prerrogativa de intimação pessoal dos seus membros, conforme previsto em lei, o que é uma exceção ao princípio da isonomia por razões de interesse público.

D) Certa. De acordo com o Código de Processo Civil, a Defensoria Pública, assim como o Ministério Público e a Advocacia Pública, goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, uma prerrogativa que visa assegurar a efetiva defesa dos interesses dos necessitados.

Gabarito: D

Fonte de conhecimento jurídico: Lei Seca
